Rua Francisco Leitão 339 cj 122 05414-025 São
Paulo SP Brasil
Tel: 55 11 30623436
e-mail: tbrasil@transparencia.org.br
www.transparencia.org.br

Presidente: Eduardo Ribeiro Capobianco
Vice-presidente: Neissan Monadjem
Diretor executivo: Claudio Weber Abramo

Lula e a corrupção[1]

Claudio Weber Abramo

A crise do "mensalão" serviu, entre outras coisas, para iluminar uma característica do governo Lula e de seu partido que já havia se manifestado desde 2003 – a corrupção nunca foi um tema importante. Apesar de todas as evidências de que a fraude nas relações entre o Estado e a sociedade constitui uma ameaça às condições de exercício do poder em países pobres, Lula e o extinto "núcleo duro" do governo imaginaram que poderiam tratar do assunto apenas com a retórica.

Um momento conveniente para começar a entender a relação de Lula com a corrupção e a anticorrupção é a campanha eleitoral de 2002. Diferentemente do que se afirma com insistência, no Brasil e mais ainda no exterior, a corrupção não foi tema durante a campanha. A Transparência Brasil realizou, na época, acompanhamento diário do noticiário da campanha a respeito de vários temas, entre eles a corrupção. O fato é que corrupção nunca foi sequer mencionada.

Perto do fim da campanha, Lula assinou um "Compromisso Anticorrupção" com a Transparência Brasil, que especificava uma série de medidas concretas que seriam tomadas. Fundamentalmente, Lula comprometeu-se a tratar a corrupção como problema estratégico, designando para isso um organismo que centralizaria ações de planejamento e acompanhamento de ações engendradas nesse âmbito. Prontamente engavetou o Compromisso.

No discurso de posse ao público que o saudava na Praça dos Três Poderes, Lula afirmou que seria "implacável contra a corrupção". O tema desapareceu nos meses subseqüentes, para reaparecer em falas do então ministro José Dirceu perto do final do ano, quando, irritado com críticas da Transparência Brasil, este passou a usar o bordão que se tornaria conhecido – "o governo do PT não rouba e não deixa roubar", frase que Dirceu proferiria inúmeras vezes no período subseqüente, incluindo seu discurso da tribuna da Câmara dos Deputados quando, pressionado por denúncias de corrupção envolvendo diversas figuras de seu partido, teve de abandonar a Casa Civil.

Enquanto assim prosseguia a retórica, prosseguia também a inação. O governo nada fez para combater as causas da corrupção, insistindo apenas nas medidas de repressão pós-fato conduzidas na Controladoria-Geral da União e na Polícia Federal.

Quanto a Lula, que não havia tocado no tema da corrupção desde o discurso de posse, passou a explorá-lo quando a crise do "mensalão" ameaçou chegar perto dele. Mas em vez de tratar do assunto como problema concreto do Estado e da gestão administrativa, abordou-o sob típico prisma moralista. "Tenho vergonha na cara", "aprendi com minha mãe", "ninguém neste país tem moral para me ensinar ética" etc. etc.

---

[1] Publicado em *Política Democrática* nº 12 (Fundação Astrojildo Pereira, do PPS).

Muitos analistas políticos atribuem esse tipo de discurso a uma intenção presidencial de falar às classes populares, para tentar reduzir o estrago feito à sua imagem pelos malfeitos praticados pelos dirigentes do partido ao qual está ligado umbilicalmente (apesar dos protestos em contrário). Não estou completamente convencido de que se trate apenas disso. Parece mais plausível que o presidente de fato acredite que é assim, com discurseira auto-referida, que o assunto da corrupção pode e deve ser abordado. No meu entender, as raízes dessa atitude devem ser buscadas nas origens políticas do presidente.

Lula é originalmente um sindicalista. O meio sindical não é exatamente conhecido pelo rigor no manuseio dos recursos que tem à disposição. Por uma série de motivos, entre eles a necessidade de disfarçar ações de organização num ambiente que lhes era hostil, os dirigentes sindicais brasileiros operam com as finanças de forma, digamos, liberal. É claro que a leniência na gestão financeira para fins de organização é indistinguível de outras leniências, de forma que dirigentes sindicais freqüentemente se vêem às voltas com misturanças esquisitas com o caixa dos sindicatos.

Outra característica fundamental de Lula é sua matriz ideológica. É interessante que Lula seja tantas vezes descrito como “esquerdista”, quando de esquerdista ele tem pouquíssimo. Lula é católico. É o catolicismo de Lula que explica sua predileção pelo dicurso moralista (e hipócrita), mantido mesmo em face de uma realidade que o desmente.

A um presidente que de fato não compreende o potencial politicamente destrutivo da corrupção somem-se operadores pragmáticos (o tal de “núcleo duro”, mais uma burocracia partidária de mesma extração) e se obtém a ocupação do governo por verdadeiras quadrilhas, dedicadas à arrecadação de dinheiro por meios ilícitos. Não há outra forma de descrever o que se exibe no âmbito do escândalo do “mensalão”.

É um lugar comum que toda crise traz consigo o potencial de correção das condições que lhe deram origem. E quais são essas condições? A primeira delas é a liberdade de nomeação de pessoas para ocupar cargos ditos “de confiança”, o que propicia o loteamento do Estado entre interesses políticos. Esses interesses passam então a operar esquemas de arrecadação, todos fraudulentos. O remédio é simples na concepção, embora menos simples na concretização – a redução drástica da faculdade de nomear pessoas para ocupar os tais “cargos de confiança”.

Pode-se esperar do Executivo que aproveite a crise para realizar essa modificação? É deprimente constatar que não se deve ter esperanças nessa direção. No que se transformou na marca mais característica do governo Lula, empregaram-se macetes publicitários para fingir que o assunto foi enfrentado, sem de fato arranhá-lo. A saber, a Casa Civil da Presidência, já sob a ministra Dilma Roussef, emitiu decreto em que se disciplina a forma de preenchimento das funções de livre provimento dos quatro níveis inferiores, os tais DAS 1 a 4 (há seis níveis). Reservaram-se essas funções a servidores

de carreira de qualquer poder e qualquer esfera, incluindo-se aposentados. Contudo, a liberdade de escolha nesse universo não foi limitada. De modo que um funcionário da prefeita de Xiririca da Serra pode ser quindado a um posto de DAS 4 no governo federal. Isso foi apresentado como “redução dos cargos de confiança”, quando não se reduziu um único cargo de confiança sequer.

A crise do “mensalão” deveria induzir algumas reformas importantes voltadas para o combate à corrupção. Além da redução dos cargos de confiança nos três poderes e nas três esferas, o combate à corrupção exigiria:

- Tornar obrigatório o cumprimento dos Orçamentos. A não-obrigatoriedade dá ao Executivo o poder de negociar a liberação de verbas com as forças políticas, corrompendo essa relação e dando ensejo a negociatas de toda natureza.
- Enfrentar a situação de altíssima ineficiência administrativa nos municípios brasileiros, aos quais, na esmagadora maioria, falta capacidade gerencial e de controle. O desperdício que isso provoca é imenso e precisa ser corrigido.
- Flexibilizar as regras de sigilo fiscal e bancário. Como são exageradamente restritivas, isso dificulda muito o funcionamento dos organismos de controle.
- Regulamentar o direito de acesso a informação (Art. 5º, inciso 33 da Constituição). Como esse direito constitucional não é acompanhado de mecanismos que estipulem como e em que prazos a informação detida pelo Estado deve ser prestada a quem quer que a requeira, na prática os agentes do Estado funcionam como árbitros daquilo que o público pode e não pode conhecer.

Esperar-se que o Executivo tome a iniciativa de propor alterações legislativas nessas direções é imaginar que o governo do presidente Lula tenha em primeiro lugar consciência de que esses são problemas; em segundo lugar, que esteja interessado em corrigi-los. Infelizmente, as evidências são no sentido contrário. Se têm noção de que essas são áreas cruciais, decerto não têm intenção de atacá-las. Em dois anos e meio de retórica, o governo Lula pouco fez para combater a corrupção e não será agora que o fará.

Ao contrário disso, preferem o governo e suas áreas próximas desviar a atenção das causas reais da corrupção e atribuir tudo à reforma política, em especial à adoção do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais. O fato de que isso não terá qualquer efeito sobre as causas da corrupção não é motivo suficiente para fazê-los mudar de discurso.

Claudio Weber Abramo é diretor executivo da Transparência Brasil, organização dedicada ao combate à corrupção (www.transparencia.org.br).